O EXCESSO DE PRAZO NA PRISÃO PREVENTIVA À LUZ DO ENTENDIMENTO DA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

Nigel Stewart Neves Patriota Malta¹
Thales Prestrêlo Valadares Leão²

RESUMO: Este artigo abrange questões afetas aos direitos fundamentais, especificamente o direito à liberdade, sua constrição e a mitigação de alguns princípios constitucionais do processo. Diante das constantes impetrações de *habeas corpus* com alegações sobre excesso de prazo na prisão preventiva, surgiu a pretensão de pesquisar tal fenômeno e como vem decidindo o Tribunal de Justiça de Alagoas – TJ/AL. Por meio de resultados obtidos através de pesquisas jurisprudenciais, buscamos demonstrar os posicionamentos recentes do TJ/AL sobre o tema, comparando-os com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Utilizou-se o método comparativo, sendo a pesquisa efetivada, quanto à abordagem, de forma qualitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Fundamentais. Prisão preventiva. Excesso de prazo. Entendimento jurisprudencial. Razoabilidade.

ABSTRACT: This article covers questions related to fundamental rights, specifically the right to freedom, constriction and mitigation of some constitutional process principles. Faced with the constant impetration of *habeas corpus* with allegations about excessive time on preventive custody, did the pretense of researching this phenomenon and how is deciding the Court of Alagoas - TJ/AL. Through the results obtained through jurisprudential research, we demonstrate the recent positions TJ/AL on the subject, comparing them with the jurisprudence of the Higher Court of Justice. We used the comparative method, the research being carried out, on the approach qualitatively.

KEYWORDS: Fundamental rights. Preventive custody. Excessive time. Understanding jurisprudential. Reasonability.

INTRODUÇÃO

O Direito brasileiro, assim como a pluralidade de ordenamentos jurídicos existentes, visa à proteção de bens jurídicos, dentre os quais se inserem a vida, a liberdade, a igualdade, a

¹ Mestrando em Direito Público na Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Graduado em Direito pelo Centro Universitário CESMAC. Diretor Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL). Aprovado no XV Exame Unificado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Pós-graduando em Direito Penal (Faculdade Damásio) e Docência do Ensino Superior (CESMAC). E-mail: nigel.malta@hotmail.com.

² Graduado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Aranguera – UNIDERP. Supervisor Judiciário no Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL). Aprovado no IV Exame Unificado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Autor de livro (ESMAL) e artigos jurídicos (JUSNAVIGANDI). E-mail: thales_leao@hotmail.com.

segurança, e muitos outros. A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 5º, *caput*, prevê que, aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, é garantida a inviolabilidade do direito à liberdade.

A Ciência Jurídica, com seus métodos de pesquisa, amplamente teóricos, apresenta, constantemente, entendimentos divergentes. Faz parte da dinâmica do estudo jurídico, já que é operado por pessoas, e cada uma delas tem as suas percepções e suas formas de sentir, que contribuem com a formação do convencimento a respeito do que se entende por justo. Quando nos referimos ao direito à liberdade, é notável a ampliação das controvérsias, vez que faz parte da natureza humana e, por assim ser, tem primazia dentre os bens juridicamente tutelados.

A título de ilustração, DOUGLAS (2013) cita uma passagem de Roberto Lyra, um dos autores do Código Penal de 1940 e Promotor de Justiça, o qual, ao lado de outros renomados juristas, recomendava aos colegas do Ministério Público que "antes de se pedir a prisão de alguém deveria se passar um dia na cadeia".

O cenário da violência que atravessa, não só a nossa Unidade Federativa, mas toda a nação brasileira³, pode nos levar a assumir posições radicais, o que pode ser prejudicial e atentatória a todo o sistema de proteção do indivíduo perante o Estado. Portanto, tal postura deve ser questionada. Como dito por ALBUQUERQUE (2011), fazendo menção à obra de Thomas Kida, naturalmente, tendemos a usar a estratégia de confirmação de nossas ideias em vez de desafiá-las, colocá-las à prova.

Assim, precisamos nos questionar: quais as consequências da segregação cautelar de um inocente? Em rasa resposta, é possível adiantar que são consequências significativas, mesmo que o tempo seja ínfimo. Por outro lado, temos que entendê-las, tendo em vista que é possível se conceber a prisão em moldes temporários para um inocente, com o fito de se buscar mais informações em uma investigação ou evitar que esta seja atrapalhada de algum modo. E se imaginássemos a prisão preventiva de um inocente por prazo de certo modo alargado? Por raciocínio lógico, qualquer *homo medius* há de perceber que devemos refletir em busca de uma solução; afinal, trata-se de uma medida séria de Justiça.

Sendo a prisão cautelar, em conformidade com a jurisprudência e doutrina majoritárias, uma medida excepcional, já que a liberdade do investigado ou acusado, ao

³ Vide dados do 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015), organizado pelo Fórum Brasileiro De Segurança Pública. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: 29/04/2016.

responder ao processo, é a regra, a legislação pátria concebe a segregação processual, antes da condenação com trânsito em julgado, quando presentes os seus requisitos.

Trataremos, neste breve escrito, a respeito da prisão preventiva, modalidade de prisão cautelar existente no ordenamento jurídico brasileiro, que está prevista nos artigos 310 e seguintes do Código de Processo Penal.

A problemática surge quando a prisão preventiva reveste-se de caráter condenatório, isto é, por situações alheias ao acautelado, a persecução penal “trava”, podendo trazer prejuízos à parte que tem o seu *status libertatis* cerceado.

Buscaremos desenvolver, no presente artigo, um paralelo entre os ditames legais, em especial, os princípios constitucionais que regem a seara penal e processual penal, as correntes doutrinárias e o entendimento esposado pelos Desembargadores componentes da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Alagoas.

Além disso, objetivamos analisar a aplicação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no tocante ao período de segregação cautelar, precisamente da prisão preventiva, em algumas situações bastante comuns na prática forense. Para tanto, utilizou-se do método comparativo, consistente em, de acordo com FACHIN (2001), investigar coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças, permitindo a análise de dados concretos e a dedução de semelhanças e divergências de elementos constantes, abstratos e gerais, propiciando investigações de caráter indireto.

Ademais, passaremos superficialmente por temas de compreensão inicial, com o intuito de facilitar o entendimento do que será exposto posteriormente, quando do tratamento a respeito do excesso de prazo.

Quanto à abordagem, a pesquisa foi efetivada de forma qualitativa, compreendendo exame bibliográfico com o emprego de livros e artigos jurídicos publicados em meios convencionais e eletrônicos, bem assim com o exame de precedentes judiciais, especialmente do Tribunal de Justiça de Alagoas e do Superior Tribunal de Justiça.

2 PRINCÍPIOS

Como sabemos, a atual concepção do Direito brasileiro admite a formatação das normas jurídicas em suas espécies reconhecidas doutrinariamente como princípios e regras .

Em linhas gerais, de acordo com CANOTILHO (1999), os princípios são caracterizados como vetores da lei. De forma mais acurada, DWORKIN (apud ÁVILA, 2013) defende que os princípios, ao contrário das regras, possuem uma dimensão de peso (*dimension of weight*), demonstrável na hipótese de colisão entre princípios, caso em que o princípio com peso relativo maior se sobrepõe ao outro, sem que este perca sua validade.

Por sua vez, ALEXY (2008), dando mais precisão conceitual aos escritos de Dworkin, aduz que os princípios jurídicos consistem apenas em uma espécie de normas jurídicas por meio da qual são estabelecidos deveres de otimização aplicáveis em vários graus, segundo as possibilidades normativas e fáticas.

Decerto, os princípios carregam consigo maior liberdade, impondo ao aplicador a responsabilidade de, diante da situação concreta, ponderar justificadamente a sua utilização. E mais, o Magistrado não pode lançar mão de sua utilização, diante da axiologia contida em sua normatividade.

Nesse sentido, BARROS LIMA (2012) se posiciona da seguinte forma:

O juiz não pode aparecer como figura restritamente asséptica, acreditando na aplicação pura da lei ao caso concreto, no mero silogismo, embasado em um legalismo iluminista, cujo legado é responsável pela larga utilização do método lógico-dedutivo. Na atualidade, são essenciais o estudo e a utilização dos princípios fundamentais do Direito Penal, notadamente aqueles cristalizados na Constituição Federal.

Quando nos referimos ao direito relativo à *ultima ratio* e a processualística, temos dois princípios que se engrenam no assunto abordado, quais sejam, o princípio da presunção de inocência e o princípio da razoável duração do processo, ambos com os seus desdobramentos, que serão abordados em rápidas considerações.

2.1 PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Um dos princípios de maior relevância, investido na categoria de direitos e garantias fundamentais, em nossa Constituição Federal é o princípio da presunção de inocência. Reza o art. 5º, inciso LVII, da Carta Magna, que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. A partir de uma rasa interpretação, extraem-se elementos suficientes ao seu entendimento, com a ressalva imposta por TOURINHO FILHO (2012) ao dizer que este princípio não deve ter o seu conteúdo semântico interpretado literalmente – caso contrário ninguém poderia ser processado.

Mendes e Branco (2012) demonstram, ao citar um relevante voto do Ministro Thompson Flores, a importância deste princípio, ao mencionar que a presunção de inocência é “[...] ideia-força que justifica uma série de direitos processuais em favor do acusado no processo penal moderno”.

Tal ideia é um tanto uníssona no âmbito dos doutrinadores da área processual penal, embora haja, como de costume em qualquer esfera do saber, algumas divergências. Entretanto, é inegável que tal princípio funciona como um sustentáculo imprescindível para todo o sistema de normas infraconstitucionais em nosso país, devendo, pois, ser observado.

2.2 PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

Em 30 de dezembro de 2004, surgem, em nossa Constituição Federal, as alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 45, conhecida popularmente como "a reforma do Judiciário", que, no particular, introduziu o inciso LXXVIII ao art. 5º, o qual assim dispõe: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Já fazia parte da consciência da grande maioria dos juristas que o processo deve tramitar com celeridade razoável que forneça, às partes, a possibilidade de alcançar o direito material pretense, já que o processo deve, antes de tudo, ser o instrumento para a garantia dos direitos.

Por sua vez, mesmo antes de ser incorporado explicitamente em nossa Carta Magna, o Pacto de São José da Costa Rica, tratado internacional do qual o Brasil é signatário, já dispunha, em seu artigo 8º, referente às garantias judiciais, em seu item nº 1, que:

Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

Por fim, segundo as lições de NUCCI (2012), é incumbência do Estado procurar desenvolver todos os atos processuais no menor tempo possível, dando resposta imediata à ação criminosa e poupando tempo e recursos das partes.

2.2.1 PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR

Figura inovadora em nosso ordenamento jurídico, o princípio da razoável duração da prisão cautelar é decorrente daqueles já abordados neste estudo e, também, de inúmeros pleitos perante os Tribunais, em virtude dos vários casos de excesso de prazo nas prisões cautelares identificados em nosso Poder Judiciário.

NUCCI (2012), em suas brilhantes explicações, expõe seu entendimento a respeito deste princípio:

Em decorrência de modernas posições doutrinárias e jurisprudenciais, emerge outro princípio constitucional, embora implícito, dentre a garantias fundamentais: a duração razoável da prisão cautelar. Observa-se, como fruto natural dos princípios constitucionais explícitos da presunção de inocência, da economia processual e da estrita legalidade da prisão cautelar, ser necessário consagrar, com status constitucional, a meta de que ninguém poderá ficar preso, provisoriamente, por prazo mais extenso do que for absolutamente imprescindível para o escorreito desfecho do processo. Essa tem sido a tendência dos tribunais pátrios, em especial do Supremo Tribunal Federal.

Ademais, é possível se constatar, no Pacto de São José da Costa Rica, disposições que se assemelham às valorações dadas ao princípio da razoável duração da prisão cautelar. Em seu artigo 7º, relativo ao direito à liberdade pessoal, o item nº 5 preleciona:

Toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais e tem o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.

Diante disso, o princípio da razoável duração da prisão cautelar é figura que deve ser observada no ordenamento jurídico vigente, com força de princípio constitucional.

3 PRISÃO PREVENTIVA

Para a proteção dos bens juridicamente protegidos, faz-se necessária a mitigação de alguns desses. No caso em tela, temos, pois, a liberdade sendo mitigada quando o Estado permite a segregação provisória ou, como forma de punição, com prazo definido no édito condenatório, já que a Constituição Federal, em seu art. 5º, XLVII, alínea “b”, veda a possibilidade de prisão perpétua. Com isso, está a se proteger outros bens jurídicos, como, por exemplos, a vida, a segurança, a integridade física, dentre outros.

Diante disso, o legislador infraconstitucional trouxe a possibilidade de tolhimento da liberdade, mesmo durante o curso de uma investigação ou ação penal, quando presentes os requisitos previstos em lei. Destarte, a medida excepcional ora abordada apenas poderá ocorrer quando presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, *in verbis*:

A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Conforme nos ensinam Távora e Alencar (2012):

É a prisão de natureza cautelar mais ampla, sendo uma eficiente ferramenta de encarceramento durante toda a persecução penal, leia-se, durante o inquérito policial e na fase processual. Até antes do trânsito em julgado da sentença admite-se a decretação prisional, por ordem escrita e fundamentada da autoridade judicial competente (art. 5º, inciso LXI da CF), desde que presentes os elementos que simbolizem a necessidade do cárcere, pois a preventiva, por ser medida de natureza cautelar, só se sustenta se presentes o lastro probatório mínimo a indicar a ocorrência da infração, os eventuais envolvidos, além de algum motivo legal que fundamente a necessidade do encarceramento.

Feitas essas breves considerações a respeito da prisão preventiva, não nos aprofundaremos, tendo em vista que o cerne do presente trabalho é o estudo das decisões que apreciam as alegações de excesso de prazo no acautelamento provisório.

4 O EXCESSO DE PRAZO E A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

Considerando os assuntos preparatórios tratados nos tópicos anteriores, passemos ao centro da pesquisa pretendida. De início, importante registrar que a seleção dos dados é fruto da percepção dos autores por meio do labor diário em Gabinetes que atuam na área criminal do Tribunal de Justiça de Alagoas. Além disso, os dados podem ser acessados publicamente através do sítio eletrônico da Corte Estadual, bem como do Superior Tribunal de Justiça.⁴

É questão bastante recorrente na Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Alagoas o excesso de prazo nas prisões preventivas, seja para o oferecimento da denúncia, seja para realização da instrução criminal e a prolação da sentença. Pensamos que todos os Tribunais pátrios já se depararam com a mesma matéria para apreciação, já que o próprio Superior

⁴ Os precedentes dos Tribunais podem ser encontrados nos seguintes sítios eletrônicos: TJ/AL <<http://www2.tjal.jus.br/cjsjg/consultaCompleta.do>> e STJ <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>.

Tribunal de Justiça já chegou a sumular, em parte, o assunto em tela. Entretanto, o conteúdo da questão exige aprofundamento e análise pragmática, pois é necessário o sentir do Magistrado, diante do caso concreto, para a caracterização, ou não, da exacerbação prazal.

Com efeito, calha refletir sobre a posição do Ministro Marco Aurélio Bellizze, no julgamento do *habeas corpus* nº 162.380/BA:

O excesso de prazo não resulta de simples operação aritmética. A complexidade do processo, retardamento injustificado, atos procrastinatórios da defesa e número de réus envolvidos são alguns fatores que, analisados em conjunto ou separadamente, indicam ser, ou não, razoável o prazo na formação da culpa. (HC 162.380/BA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2011, DJe 13/02/2012) (grifamos)

A partir de tal entendimento, pode-se visualizar que considerações acerca das diversas teorias já formuladas, objetivando, através de cálculos dos prazos previstos no Código de Processo Penal, definir um lapso temporal para a caracterização do excesso de prazo, não têm sido aceitas, na atualidade, pelos Tribunais pátrios, vez que o Direito não se assemelha a Matemática, com seus resultados precisos, visto que cada caso deverá ser apreciado a partir de suas particularidades.

Analisando os pedidos formulados à Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Alagoas, em sede de *habeas corpus*, verificamos situações que são objeto de pleitos constantes, tais como: *i*) mora no oferecimento da denúncia; *ii*) mora na prolação da decisão de pronúncia; *iii*) mora na realização da instrução criminal; *iv*) mora na prolação de sentença. Esquadrinharemos cada um de *per si*.

É indubitável que o cerceamento cautelar da liberdade por muitos dias, sem que haja formalização da acusação, é flagrante desrespeito aos princípios constitucionais mencionados neste estudo. Não é diferente o posicionamento do Tribunal de Justiça de Alagoas, o qual, porém, em recentes decisões, tem buscado delinear estimativa temporal para a caracterização do excesso de prazo nessa situação. Vejamos:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. EXTRAPOLAÇÃO DO PRAZO PARA INÍCIO DA PERSECUÇÃO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. 01 - A não deflagração da ação penal, após mais de 90 (noventa) dias do decreto de prisão do acusado, sem a apresentação de motivo razoável, é fato que revela o excesso de prazo, caracterizador do constrangimento ilegal, passível de reparação pela via eleita, uma vez que a razoabilidade cede lugar à ilegalidade. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME. (TJ/AL - Habeas Corpus n.º 0801773-

81.2013.8.02.0900 - Relator: Des. Fernando Tourinho de Omena Souza – Julgado em 06/11/2013 – DJE 19/11/2013) (grifamos)

Nesse aspecto, temos o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. CORRUPÇÃO ATIVA. FRAUDE À PROCESSO LICITATÓRIO. LAVAGEM DE DINHEIRO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. Ultrapassado, em muito, o prazo previsto nos artigos 10, caput, e 46, ambos do CPP, é de se reconhecer o constrangimento ilegal para o réu cautelarmente preso, advindo do excesso de prazo para o oferecimento da denúncia. Ordem concedida. (STJ - HC 99.701/AL, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/09/2008, DJe 03/11/2008) (grifamos)

Por outro lado, existem casos em que, mesmo após o decurso de prazo relevante sem o oferecimento da denúncia, não se entende caracterizado o excesso prazal, pois outros fatores são mensurados, a exemplo da pluralidade de réus, expedição de cartas precatórias e da complexidade do processo, circunstâncias essas que muitas vezes causam a mora da marcha processual. Vale mencionar:

[...] 3. Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a pluralidade de réus, somada à existência de pedidos repetidos de revogação da prisão preventiva no curso da ação, contribui para o retardamento do feito, sem que o atraso possa ser imputado à autoridade julgadora. [...] (TJ/AL - Habeas Corpus n.º 0801932-24.2013.8.02.0900 - Relator: Des. Sebastião Costa Filho – Julgado em 06/11/2013 – DJE 19/11/2013) (grifamos)

PENAL. PROCESSO PENAL HABEAS CORPUS. PRETENDIDA A CONCESSÃO DE ORDEM LIBERATÓRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. NÃO ACOLHIMENTO. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS. REGULAR TRAMITAÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO NÃO CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR JUSTIFICADA. ORDEM DENEGADA. UNANIMIDADE. (TJAL - Habeas Corpus n.º 0803478-30.8.02.0900 - Relator: Des. João Luiz Azevedo Lessa – Julgado em 16/03/2016 – DJE 17/03/2016) (grifamos)

Por inferência lógica, a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Alagoas tem entendido que a superveniência da denúncia, na situação ora detalhada, torna o pleito prejudicado, já que se supera o excesso de prazo questionado. Esse é o caso dos seguintes julgados:

[...] I – A superveniência de Denúncia contra os pacientes prejudica Ordem de Habeas Corpus impetrado sob fundamento único de alegação de excesso prazal para oferecimento da Peça Vestibular. Precedentes do

STJ. [...] (TJ/AL - Habeas Corpus n.º 0800046-87.2013.8.02.0900 - Relator: Des. Sebastião Costa Filho – Julgado em 20/03/2013 – DJE 22/03/2013) (grifamos)

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO DE FLAGRANTE. INOCORRÊNCIA. TESE SUPERADA. SUPERVENIÊNCIA DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. PEDIDO PREJUDICADO. EXORDIAL ACUSATÓRIA OFERTADA E JÁ RECEBIDA NA ORIGEM. PLEITO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO. INSUBSISTÊNCIA. DECISUM MOTIVADO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRESENÇA DE ELEMENTOS CONCRETOS QUE INDICAM A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA PRISÃO. PERICULOSIDADE DO RÉU EVIDENCIADA PELO MODUS OPERANDI. RECONHECIMENTO DO ACERTO DA MEDIDA. PRECEDENTES DO STJ. RESTRIÇÃO DA LIBERDADE MANTIDA. PARECER DA PGJ NESSE SENTIDO. ORDEM DENEGADA. UNANIMIDADE. (TJAL - Habeas Corpus n.º 0500446-90-2015.8.02.0000 - Relator: Des. Otávio Leão Praxedes – Julgado em 09/03/2016 – DJE 10/03/2016) (grifamos)

Outra situação é o atraso na prolação da decisão de pronúncia. Como sabemos, a decisão de pronúncia é aquela que submete o réu ao crivo do Tribunal Popular, quando houver indícios suficientes de autoria e provas da materialidade delitiva. Mesmo sem haver condenação, prevalecendo, ainda, o princípio da não culpabilidade, poder-se-á segregar cautelarmente o réu, quando presentes os requisitos exigíveis em lei. Situa-se o problema quando o réu se encontra preso aguardando a sua eventual pronúncia e, por outro lado, o Magistrado, por algum motivo, demora a prolatar sua decisão.

São raras as decisões que, nesta situação, concedem a ordem impetrada, visto que o Magistrado de Primeiro Grau, após a impetração do remédio constitucional liberatório, prolata sua decisão, pronunciando ou absolvendo o réu. Neste caso, teremos, mais uma vez, a ilação já mencionada, segundo a qual a superveniência do ato gerador do excesso de prazo irá causar a sua prejudicialidade. Vejamos os seguintes precedentes:

[...] ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO DE PRONÚNCIA. SÚMULA N.º 21 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PREJUDICADO. [...] (TJAL - Habeas Corpus n.º 0801294-88.2013.8.02.0900 - Câmara Criminal - Des. João Luiz Azevedo Lessa – Julgado em 18/09/2013 – DJE 25/09/2013) (grifamos)
PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE ACUSADA DE TER PRATICADO HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO. INEXISTÊNCIA. DECISÃO DE PRONÚNCIA PROLATADA. SÚMULA 21 DO STJ. DECISÃO DO JUÍZO DE ORIGEM DEMONSTRA A NECESSIDADE DA PRISÃO, COMO

GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA. (TJAL - Habeas Corpus n.º 0804624-09.2015.8.02.0900 - Câmara Criminal - Des. Sebastião Costa Filho – Julgado em 02/03/2016 – DJE 03/03/2016) (grifamos)

O Superior Tribunal de Justiça também segue no mesmo sentido, tendo, inclusive, já sumulado o assunto. Vejamos:

[...] EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO DE PRONÚNCIA. PERDA DO OBJETO. [...] 1. Não há como ser reconhecido o alegado excesso de prazo para a formação da culpa se já foi prolatada a decisão de pronúncia, visto que encerrada a instrução criminal (Súmula n.º 21 desta Corte). [...] (STJ - AgRg no HC 222.752-SP (2011/0254562-0), Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 06/08/2013, Dje 14/08/2013) (grifamos)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. SÚMULA Nº 21 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. PERDA DE OBJETO. RECURSO DESPROVIDO. - Sobrevindo sentença de pronúncia, fica prejudicado o pedido de revogação da prisão por excesso de prazo, nos termos do Enunciado n. 21 da Súmula desta Corte. (STJ. Agravo regimental desprovido. AgRg no HC n. 299.188/MG, Relator Ministro Ericson Marinho (Desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJE 10/09/2015) (grifamos)

Reza a Súmula n.º 21 do Superior Tribunal de Justiça: pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.⁵

Uma situação intricada que, de fato, demonstra a dificuldade atravessada pelo Poder Judiciário, é a configuração do excesso de prazo pela demora na realização da instrução processual. É a situação em que o Magistrado deverá sentir com maior profundidade o aspecto da razoabilidade, já que é um momento processual que, por si só, é lento. Compulsando as recentes decisões do Tribunal de Justiça de Alagoas, temos as seguintes ementas:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. AUDIÊNCIA INSTRUTÓRIA NÃO INICIADA. PACIENTE SEGREGADO POR PERÍODO RELATIVAMENTE PROLONGADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. 01 - Resta evidente que o exame do eventual retardo para designação da audiência instrutória não deve ser realizado de forma isolada, notadamente por não serem os prazos, no processo penal, tidos como peremptórios, podendo haver flexibilização diante das peculiaridades do caso concreto, em atenção e dentro dos limites da razoabilidade. [...] ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME. (TJ/AL - Habeas Corpus n.º

⁵ Outros entendimentos sumulados pelo Superior Tribunal de Justiça podem ser acessados no sítio eletrônico: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/SumulasSTJ.pdf>.

0500260-38.2013.8.02.0000 - Relator:Des. Fernando Tourinho de Omena Souza – Julgado em 14/11/2013 – DJE 21/11/2013) (grifamos)
PENAL. PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. **RÉU PRESO HÁ MAIS DE 3 ANOS SEM QUE HAJA PREVISÃO PARA O FIM DA FASE INSTRUTÓRIA E PROLATAÇÃO DA SENTENÇA. EXCESSO DE PRAZO NA DURAÇÃO DA PRISÃO E NO CURSO DO PROCESSO. DETERMINAÇÃO DE ADITAMENTO DA INICIAL ACUSATÓRIA. DEMORA IMPUTADA AO ESTADO. TRANSCURSO DE QUASE DOIS ANOS ENTRE A DETERMINAÇÃO JUDICIAL DE ADITAMENTO DA DENÚNCIA E ABERTURA DE VISTA À DEFESA PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE O NOVO TIPO PENAL INCLUSO NA PEÇA ACUSATÓRIA. AUSÊNCIA DE COMPLEXIDADE NO FEITO. ATRASO DESPROPORCIONAL E INTOLERÁVEL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENTE. PARECER DA PGJ NO MESMO SENTIDO. ORDEM CONHECIDA E CONCEDIDA PARCIALMENTE. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO POR MEDIDAS CAUTELARES.** (TJAL - Habeas Corpus n.º 0804460-44-2015.8.02.0000 - Relator: Des. Sebastião Costa Filho – Julgado em 17/02/2016 – DJE 18/02/2016) (grifamos)

Em sentido que se assemelha, temos o seguinte julgado:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. **EXCESSO DE PRAZO QUE NÃO ULTRAPASSA A RAZOABILIDADE. FEITO NA FASE DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DEMONSTRADA A PERICULOSIDADE DO ORA PACIENTE. PRESENÇA DOS REQUISITOS DISPOSTOS NO ART. 312, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ORDEM DENEGADA UNANIMIDADE.** (TJ/AL - Habeas Corpus n.º 0500125-26.2013.8.02.0000 - Relator: Des. João Luiz Azevedo Lessa – Julgado em 27/09/2013 – DJE 30/09/2013) (grifamos)

O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou a respeito dessa situação e também sumulou o entendimento. Observemos:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ARTIGOS 121, § 2º, INCISOS I E IV E 121, § 2º, INCISO IV, C/C 14, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL. **EXCESSO DE PRAZO PARA O FIM DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PECULIARIDADES DA CAUSA. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. SÚMULA 52/STJ. I - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. (Precedentes do STF e do STJ).** [...] Recurso ordinário desprovido. (STJ - RHC: 46847 PE 2014/0062667-0, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 18/12/2014, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/02/2015) (grifamos)

A Súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça prevê que encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.⁶

Por fim, o excesso de prazo por ocasião da mora na prolação da sentença assemelha-se ao mencionado no tocante à decisão de pronúncia, visto que o Magistrado, após a impetração do *habeas corpus*, profere a sentença, tornando prejudicado o pleito, em conformidade com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos as duas situações:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. HABEAS CORPUS OBJETIVANDO O RESTABELECIMENTO DA LIBERDADE DO PACIENTE. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOTIVOS PARA A DECRETAÇÃO DA PREVENTIVA. ACOLHIMENTO. MEDIDA CONSTRITIVA FUNDAMENTADA DE FORMA ABSTRATA. PERICULOSIDADE DO RÉU NÃO EVIDENCIADA. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS DO ACUSADO FAVORÁVEIS. ARGUIÇÃO DE **EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. RECONHECIMENTO. RÉU SEGREGADO HÁ MAIS DE 01 (UM) ANO. FEITO ORIGINÁRIO AGUARDANDO A JUNTADA DE LAUDOS PERICIAIS. ORDEM CONCEDIDA.** POR UNANIMIDADE. (TJ/AL - Habeas Corpus n.º 0801488-88.2013.8.02.0900 - Relator: Des. Otávio Leão Praxedes – Julgado em 23/10/2013 – DJE 30/10/2013) (grifamos)

HABEAS CORPUS. PENAL. FURTO. **ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. PERDA DO OBJETO.** - Há de ser julgado prejudicado o remédio heroico cujo mérito estava relacionado à revogação da preventiva, em face da superveniência de decisão monocrática que determinou a revogação da prisão e a expedição de alvará de soltura. - Writ prejudicado. (STJ - HC 195.305/AL, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, julgado em 20/10/2011, DJe 16/12/2011) (grifamos)

Diante do estudo acima colacionado, verifica-se que nosso sistema jurídico precisa de significativa evolução, já que o excesso de prazo causado pelo Estado não era, sequer, para acontecer, visto que este é o protetor das prerrogativas previstas na Constituição Federal. Entretanto, as conquistas individuais, trazidas pelo legislador constitucional, são algumas vezes desrespeitadas por falta de condições diversas (as quais não nos cabe adentrar no presente estudo), que seriam necessárias para a plenitude da prestação jurisdicional.

⁶ Outros entendimentos sumulados pelo Superior Tribunal de Justiça podem ser acessados no sítio eletrônico: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/SumulasSTJ.pdf>.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além do flagrante desrespeito aos princípios constitucionais da presunção de inocência e da razoável duração do processo, chamou-nos à atenção a grande incidência desses casos em via de *habeas corpus* e, na apreciação destes, a ordem sendo concedida, visto que é configurado o excesso de prazo. Com efeito, denota-se a insuficiência do Estado em suprir as demandas atuais, seja na deflagração da ação penal ou durante o processamento do feito criminal.

Diante dos casos analisados, é perfeitamente identificável que os Tribunais têm posições semelhantes a respeito do tema. A respeito disso, o Superior Tribunal de Justiça já sumulou a matéria e tem julgados que norteiam a atividade jurisdicional dos demais Tribunais, tendo por pressuposto lógico que, produzido o ato que se aguardava, cessa-se o excesso prazal.

Podemos concluir, pelo menos em análise superficial, que o definidor da matéria tratada é o princípio da razoabilidade. Diante do caso concreto, o Magistrado terá de sentir as circunstâncias que envolvem o feito para, formada a sua convicção, dizer qual o prazo adequado para se manter um cidadão sob segregação provisória.

No que tange às decisões da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Alagoas, verificamos a adequação aos entendimentos já expostos pelo Superior Tribunal de Justiça, fixando, quando possível, estimativa temporal para a caracterização do excesso de prazo. Nos demais casos, utiliza-se, sobretudo, a razoabilidade.

É notável que a sociedade alagoana necessita de uma resposta eficaz por parte do Poder Judiciário. Todavia, parafraseando o Desembargador James Magalhães de Medeiros, em uma das sessões da Câmara Criminal do TJ/AL, “não se combate criminalidade com ilegalidade”. Com efeito, permitir que a prisão preventiva extrapole um prazo razoável seria tornar sem efeito, ilegalmente, inconstitucionalmente e injustamente, alguns dos princípios constitucionais norteadores do Estado Democrático de Direito, abalando toda a sistemática jurídica pátria.

Nessa esteira, o Tribunal de Justiça de Alagoas vem cumprindo sua função social na prestação da atividade judicante, aliada às iniciativas que visam a diminuir os problemas que surgem e acabam por causar as situações acima estudadas. Tais iniciativas podem ser

facilmente encontradas nas recentes Resoluções 10⁷, 11⁸ e 25⁹, todas de 2016, que disciplinam o sistema de videoconferência nas audiências e, também, nos julgamentos colegiados.

Outra iniciativa indispensável para o bom funcionamento do Judiciário também foi adotada, qual seja, o lançamento de concurso público de provas e títulos para provimento de cargos de Juiz Substituto, consoante Edital nº 01/2015, publicado no DJE de 21 de maio de 2015.

Por fim, a implantação do processo digital, inclusive com a digitalização de feitos físicos, atualmente sob o comando do Desembargador Fernando Tourinho de Omena Souza – Presidente da Comissão de Virtualização e Digitalização do Poder Judiciário do Estado de Alagoas – tem permitido uma tramitação mais célere e, conseqüentemente, visa a diminuir o tempo de duração das prisões cautelares, de modo a amenizar as dificuldades visualizadas na problemática abordada neste breve estudo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. **Conselhos a um Jovem Cientista**. Recife: NUPEEA, 2011.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Trad.: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BRASIL. Planalto. **Convenção Americana Sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

⁷ Regulamenta o art. 156-A do Regimento Interno do TJAL, dispondo acerca do julgamento de feitos em ambiente eletrônico, nos Órgãos Colegiados do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, e adota providências correlatas.

⁸ Dispõe sobre a utilização do sistema de videoconferência para realização de audiências no âmbito do Poder Judiciário de Alagoas.

⁹ Altera a Resolução nº 10, de 23 de fevereiro de 2016, dando nova redação ao parágrafo único do artigo 1º e ao §1º do art. 2º, bem como acrescenta o § 4º ao art. 2º do mencionado instrumento normativo e adota providências correlatas.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - STJ. **Jurisprudência do STJ**. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Alagoas - TJ/AL. **Jurisprudências atuais: Consulta completa**. Disponível em: <<http://www2.tjal.jus.br/cjsg/consultaCompleta.do>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

BARROS LIMA, Alberto Jorge C. de. **Direito penal constitucional: a imposição dos princípios constitucionais penais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

DOUGLAS, William. **Por que me tornei a favor das cotas para negros**. – Pragmatismo Político – Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/11/por-que-tornei-favor-das-cotas-para-negros.html>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. 9. ed. São Paulo, 2015. Anual. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

NEVES, Marcelo. **Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 9.ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. 7. ed. Salvador: JusPODIVM, 2012.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 34.ed. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2012.